

XXIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

**«Cooperação e desenvolvimento nos países lusófonos:
o papel das universidades»**

**Intervenção de S. Ex.^a o Senhor Embaixador Murade Isaac Miguigy Murargy,
Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

**Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Brasil (9, 10 e 11 de junho de 2013)**

Exmo. Senhor Secretário do Ensino Superior do Governo da República Federativa do Brasil

Exmo. Senhor Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais,

Exmo. Senhor Presidente da AULP e Reitor da Universidade Lúrio de Moçambique

Exma. Senhora Secretária Executiva da AULP,

Exmas. Senhoras e Senhores Representantes das Universidades de Língua Portuguesa,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É com apreço que agradeço o convite que me foi formulado pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa para estar presente nesta Conferência do XXIII Encontro da AULP, que tem lugar aqui em Belo Horizonte.

A CPLP, desde a sua constituição, tem promovido na senda dos seus princípios e objetivos, o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus Estados-membros.

Move-nos, na CPLP, o espírito de contribuir para a melhoria das condições de vida dos nossos cidadãos, através da ativação de ações concertadas de cooperação multilateral para o desenvolvimento, e mediante a promoção de sinergias, do espírito de parceria e da partilha de conhecimentos e experiências.

A «cooperação em todos os domínios, sobretudo na educação, saúde, ciência e tecnologia» constitui um dos principais pilares dos objetivos da CPLP.

Neste âmbito, destaca-se que a formação graduada e pós-graduada em ciência e tecnologia contribui para a geração de recursos humanos qualificados, por forma a

alavancar e estimular o crescimento económico e, conseqüentemente, o desenvolvimento social.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As instituições de ensino superior são fundamentais para dar resposta a quatro importantes desafios.

O primeiro desafio consiste na «equidade no ensino superior», que traduz os esforços que os países fazem para a democratização do acesso ao ensino superior.

O segundo desafio consiste no «acesso ao ensino superior», que traduz os avanços em termos de expansão da oferta formativa neste nível de ensino.

O terceiro desafio consiste na «qualidade do ensino superior», e diz respeito: aos currículos; ao tempo despendido na instrução; aos manuais e livros disponíveis; às instalações adequadas; aos equipamentos disponíveis nas Instituições; e, conseqüentemente, à aprendizagem dos estudantes.

O quarto desafio consiste no «financiamento do ensino superior e da investigação», na medida em que os recursos financeiros destinados a estes domínios são reduzidos na grande maioria dos países.

Somente ultrapassando estes desafios, as Instituições de Ensino Superior podem assumir as suas três principais missões: ensinar, fazer investigação e servir a comunidade.

O primado da sociedade do conhecimento que contextualiza o cenário onde a CPLP interage apela ao investimento no ensino superior e na investigação como caminho para um desenvolvimento social, cultural, económico e ecológico sustentável.

Mas como organização internacional, a CPLP tem como base de atuação a cooperação multilateral intracomunitária e extracomunitária, para concretizar a sua integração e a sua afirmação nas organizações e redes científicas regionais e internacionais.

Esta forma de atuação da CPLP converge com a missão, os objetivos e as atividades que têm sido promovidas pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

Por este e outros motivos, em Julho de 2006, foi atribuído o Estatuto de Observador Consultivo da CPLP à AULP - uma organização internacional constituída

por Universidades e Instituições de Ensino e Investigação de Nível Superior dos Países de Língua Oficial Portuguesa e da Região Administrativa Especial de Macau.

Esta congregação de instituições dos quatro quadrantes do planeta, que aqui se repete, reafirma que a AULP continua a promover a cooperação, entre universidades e instituições de ensino superior e de investigação, através do estímulo à reflexão sobre a função do ensino superior e do intercâmbio generalizado de informação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A CPLP tem reconhecido, ao longo do tempo, a transversalidade do ensino superior a todas as áreas que concorrem para a inclusão social, redução das desigualdades e melhoria das condições de vida dos cidadãos da CPLP, atribuindo a este setor um papel estratégico para a mudança social nos nossos países.

Mas para identificarmos, da melhor forma possível, os contributos do ensino superior, da ciência e da tecnologia para o maior bem-estar dos cidadãos da nossa Comunidade, gostaria de relembrar a dimensão histórica do desenvolvimento desigual do ensino universitário nos Países da CPLP.

Do ponto de vista histórico, registam-se diferentes temporalidades, no que à institucionalização do ensino superior na CPLP, diz respeito.

Se em Portugal, a Universidade surgiu no século XIII, no Brasil ocorreu no século XIX. Em África, Angola e Moçambique os chamados «Estudos Gerais Universitários» foram implantados somente no início da década de 1960. Nos restantes Países da CPLP (Cabo Verde, Guiné Bissau e Timor-Leste), o ensino superior é mais tardio, surgindo nas últimas décadas do século XX. A AULP é chamada a apoiar a implantação do ensino superior em São Tomé e Príncipe.

No entanto, esta diversidade está na base do pensamento estratégico que preside, presentemente, à vontade comum dos nossos Estados-membros de edificarem um Espaço do Conhecimento e da Inovação.

O espaço territorial pelo qual se estende a nossa Comunidade é pluricontinental, mas a Língua Portuguesa é um património igualmente valorizado neste território.

A Língua Portuguesa constitui, assim, um elemento transversal da identidade dos Estados-Membros da CPLP e, ao mesmo tempo, um instrumento e um veículo da produção, aquisição e transmissão do conhecimento científico.

Mas quais as tendências do ensino superior no Século XXI? Quais são os fenómenos registados no decurso do decénio referido e que impacto tiveram sobre o Ensino Superior?

A resposta à pergunta formulada é-nos dada pelo mais recente Relatório apresentado à Conferência Mundial da UNESCO de 2009, cujo título não deixa de ser significativo: «Tendências do Ensino Superior a Nível Global: Construindo uma Revolução Académica».

Lido o texto deste Relatório, pode dizer-se que durante a década passada «o ensino superior e a investigação contribuíram para a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável e permitiram realizar progressos no cumprimento dos compromissos internacionalmente acordados, tais como os Objetivos do Desenvolvimento Milénio (ODM) e a Educação para Todos.

Com efeito, podemos destacar algumas das tendências em que se analisa a evolução do Educação Terciária neste momento.

De acordo com o Relatório apresentado à Conferência Mundial da UNESCO de 2009, e numa perspetiva seletiva, incidimos, a título exemplificativo, em três dimensões do desenvolvimento do Ensino Superior: a dimensão da «Globalização e da Internacionalização»; a dimensão da «Garantia da Qualidade do Ensino e da Cooperação Internacional» e a dimensão da «Harmonização»:

1 - A globalização e a internacionalização são fenómenos típicos deste dealbar do século. No Relatório, a *globalização* é entendida como «uma realidade cuja modelação se deve à crescente integração da economia mundial, às novas tecnologias da informação e comunicação, à emergência de uma rede internacional do conhecimento» e engloba as «tendências de largo espectro no domínio da ciência, da tecnologia e da economia, que afetam diretamente o ensino superior». Por outro lado, a *internacionalização* diz respeito às «políticas e programas específicos desenvolvidos pelos governos, instituições e sistemas académicos».

De acordo com este Relatório da UNESCO, a globalização e a internacionalização manifestam-se no plano do Ensino Superior de diversas formas:

- Na mobilidade de estudantes, professores, investigadores, programas e instituições;
- Na emergente proeminência da investigação colaborativa;
- No desenvolvimento de abordagens curriculares, do ensino e da aprendizagem;
- No elevado sentido da interconexão do ensino superior em todo o mundo.

Este elenco de desafios identificados no Relatório da UNESCO colocam-se de igual modo ao ensino superior na CPLP. E são de ordem institucional e política.

2 - No que se refere à segunda dimensão, «Qualidade do Ensino e Cooperação Internacional», é referido no relatório da UNESCO que a garantia da qualidade do ensino superior, a cooperação internacional e a harmonização vêm, há várias décadas, merecendo a atenção de diversos atores que intervêm neste domínio.

A Declaração Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI e o respetivo Plano de Ação adotado pela Conferência Mundial, em 1998, já focalizava esta problemática.

No artigo 11º do texto desta Declaração refere-se que a qualidade do ensino superior é «um conceito multidimensional que compreende todas as suas funções e atividades: o ensino e os programas académicos, a investigação e bolsas de estudo, equipamentos, serviços à comunidade e o ambiente académico».

Considera-se igualmente que a «qualidade exige que o ensino superior deva ser caracterizado pela sua dimensão internacional». Mas sublinha-se a atenção que deve ser conferida às especificidades e aos contextos nacionais e regionais, de modo a respeitar-se a diversidade e evitar a uniformidade.

Uma das prioridades do Plano de Ação da Conferência Mundial de 1998 é exatamente a cooperação internacional, entendida como parte integrante da missão das instituições e sistemas do ensino superior.

O apelo estende-se às organizações internacionais como a CPLP para que seja desenvolvida a cooperação interuniversitária e promovida a mobilidade académica.

3 – A terceira dimensão diz respeito à «Harmonização do Ensino Superior».

A nível regional, as experiências de cooperação sob os auspícios da UNESCO tinham iniciado na década de 70 com a celebração da primeira convenção da América Latina e Caraíbas, em 1974.

Seguiram-se as convenções do Mediterrâneo, em 1976, dos Estados Árabes, em 1978, da Europa em 1979, de África, em 1981, da Ásia e Pacífico, em 1983.

A Europa voltou a celebrar uma outra convenção em 1997 que passou a ser conhecida como a Convenção de Bolonha.

Era por isso necessária a criação de um instrumento internacional de carácter universal que servisse de suporte às ações desenvolvidas no plano regional.

Em 1993, a UNESCO intervém no domínio da harmonização do ensino superior através da Recomendação sobre o Reconhecimento dos Estudos e Qualificações no Ensino Superior.

No referido instrumento, os Estados-Membros são encorajados a celebrar convenções regionais e apoiar ações de cooperação internacional entre as instituições da educação terciária através de acordos bilaterais e multilaterais.

Em matéria de harmonização do ensino superior os países da CPLP estão vinculados às convenções das regiões em que se integram. Mas, ao mesmo tempo, têm outras obrigações, ao abrigo dos compromissos assumidos no quadro da CPLP.

A complexidade do problema pode ser ilustrada pela situação em que se encontra Moçambique, enquanto Estado africano, membro da Organização das Nações Unidas, da UNESCO, da União Africana, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e da CPLP.

Por exemplo, nesta matéria da harmonização do ensino superior, Moçambique vincula-se à Convenção de Arusha e aos protocolos existentes da SADC.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Após esta breve incursão pelo cenário no qual a CPLP interage e pretende se afirmar como uma Organização internacional ao serviço dos Cidadãos da Comunidade, reiteramos que, para a CPLP, a qualificação e gestão de recursos humanos qualificados constituem fatores-chave do crescimento económico e do desenvolvimento social das Nações, na esteira dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Dispor de «capital humano», nesta era de globalização, permite que recursos naturais, financeiros e tecnológicos se traduzam efetivamente na melhoria da qualidade de vida das populações, finalidade última da CPLP.

A prossecução de tal objetivo passa pela melhoria das Instituições do Ensino Superior e das Políticas de Ciência e Tecnologia, através do desenvolvimento de ações de cooperação multilateral concertadas entre os Estados-membros da CPLP, tal como preconizado na Declaração de Fortaleza, de 2004.

Assim, fazem parte do desiderato de ação presente e futura da CPLP:

1) O desenvolvimento de ações de cooperação multilaterais que incidam no intercâmbio e mobilidade de docentes, investigadores e estudantes do espaço comunitário,

- 2) O desenho e implementação de atividades de avaliação do ensino superior com vista à promoção da qualidade;
- 3) A extensão de projetos de cooperação bilaterais que constituem boas-práticas de ação;
- 4) O reforço da posição internacional da formação de nível superior da CPLP;
- 5) A adoção do ensino a distância;
- 6) O estabelecimento de uma rede de instituições públicas de ensino superior nos países da CPLP.

Todas estas ações de cooperação convergem para a criação do Espaço de Ensino Superior da CPLP.

O Projeto RIPES – Rede de Instituições Públicas de Educação Superior para a Cooperação na CPLP, submetido pelo Brasil, através da UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, constitui um exemplo da forma de atuação que a CPLP pretende implementar.

Este projeto foi aprovado na Reunião de Pontos Focais de Cooperação, em Julho de 2012, em Maputo, e aguarda somente a contratação de um Gestor para ter início.

Através deste projeto da CPLP, que tem como base a cooperação Sul-Sul e Norte-Sul e ainda a perspetiva triangular, a CPLP pretende impulsionar o intercâmbio de conhecimento, a mobilidade académica e a formação de recursos humanos que contribuam para o desenvolvimento dos Estados-membros.

A par deste projeto, a CPLP encontra-se em fase de discussão do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e respetivo Plano de Ação, para um horizonte temporal até 2020, a apresentar na II Reunião Extraordinária de Ministros de Ciência e Tecnologia da CPLP, prevista para o próximo dia 20 de Junho, em Maputo.

Com este Plano Estratégico, a CPLP pretende implementar «ações concretas de curto, médio e longo prazo para a capacitação científica e tecnológica dos Estados-membros através da cooperação multilateral».

A base de atuação continuará a ser a de dar resposta às necessidades e aos desafios comuns em sectores-chave da área de ciência, tecnologia e ensino superior dos Estados-membros, segundo formas de cooperação triangular Norte-Sul-Sul, para que a apropriação do conhecimento reverta para o crescimento económico, desenvolvimento e coesão social dos Povos da CPLP.

Este Plano encontra-se organizado à volta de 7 eixos estratégicos, que serão oportunamente divulgados pela CPLP junto às Organizações Regionais com as quais coopera e junto dos seus Observadores Consultivos.

Mas, gostaria de partilhar com todos os presentes que:

- O 1.º eixo consiste no «Espaço do Ensino Superior da CPLP»;
- O 2.º eixo consiste no «Espaço de Ciência e Tecnologia da CPLP»;
- O 3.º eixo no «Programa Comum de Investigação, Inovação e Formação Avançada»;
- O 4.º eixo consiste na «Divulgação do conhecimento científico produzido na CPLP»;
- O 5.º eixo diz respeito aos «Centros de Excelência da UNESCO para a CPLP e Centros Regionais de Excelência da CPLP»;
- O 6.º eixo consiste na «Internacionalização da CPLP nos domínios da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior»;
- O 7.º eixo traduz-se no desenvolvimento de atividades para a «Celebração dos 20 anos da CPLP nos domínios da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior», com vista à identificação e apropriação da ciência desenvolvida na CPLP pelos seus cidadãos.

Os sete eixos estratégicos de atuação nas áreas da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior da CPLP constituem as linhas de cooperação consideradas prioritárias pelos Estados-membros da CPLP.

Estes sete eixos estratégicos constituem igualmente as linhas de ação do Plano de Ação para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP a implementar no horizonte temporal de 2014 a 2020.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Ao longo dos seus 16 anos de existência, a CPLP tem procurado estruturar-se, uma vez que a situação dos nossos Estados-membros mudou desde a fundação da Comunidade, em 1996.

De igual forma, o contexto de globalização no qual interagirmos apela ao estabelecimento de redes e de parcerias genuínas e que permitam alcançar objetivos concretos.

O futuro traz-nos desafios complexos, porque queremos que esta seja uma Comunidade que faça a diferença para os seus cidadãos.

A criação do Espaço do Ensino Superior da CPLP, cuja intenção remonta ao XII Encontro da AULP, realizado em 2002, na cidade de Luanda, e consagrado institucionalmente pela CPLP através da Declaração de Fortaleza, em 2004, mantém-se, como atrás se referiu, uma prioridade da atuação comunitária futura.

Podemos facilmente concluir que os desafios são gigantescos. Para a concretização do objetivo estratégico de construir um Espaço de Ensino Superior da CPLP, são chamadas a colaborar as universidades dos Estados-Membros, principais atores aos quais incumbe a responsabilidade de garantir a concretização de tão nobre propósito.

Com efeito, o Espaço de Ensino Superior da CPLP, prioridade de primeira ordem, constitui a base fundadora para edificação de uma Comunidade comprometida com os imperativos da Sociedade do Conhecimento e da Informação.

A construção do Espaço de Ensino Superior da CPLP é um desafio singular. Nele se projetam integralmente todos os desafios identificados pela UNESCO nos seus diversos instrumentos.

A construção do Espaço de Ensino Superior da CPLP deverá contar igualmente com todas as comunidades académicas dos Estados que tem a Língua Portuguesa como instrumento de trabalho.

Assim, os docentes, os investigadores e os estudantes que hoje e amanhã participam neste XXIII Encontro da AULP, intitulado «Cooperação e Desenvolvimento nos Países de Língua Portuguesa: o Papel das Universidades», são convocados para, justamente, partilharem a cultura do sonho por um mundo solidário, fundado num conhecimento científico autêntico, e darem os seus contributos institucionais e pessoais para a concretização deste objetivo.

E a melhor plataforma que está à nossa disposição nesta incessante busca da luz e da verdade, tendo em atenção as prioridades enunciadas, é, sem dúvida, a CPLP.

À laia de conclusão, gostaria de suscitar a nossa reflexão conjunta sobre o «Espaço de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP» e sobre a possibilidade da criação de um Programa «Erasmus CPLP», destinado à mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e técnicos no espaço da CPLP.

Visto que reconhecemos conjuntamente a importância da circulação de conhecimento académico e científico, da colaboração em redes de investigação e da

implementação conjunta de projetos de cooperação, deixo aberta a reflexão sobre um Programa que permita:

- Promover a mobilidade dos estudantes, professores, investigadores e pessoal técnico e administrativo, através da cooperação interinstitucional comunitária; -
- Promover a cooperação na avaliação da qualidade do ensino superior e na identificação de critérios e metodologias comparáveis; -
- Promover a harmonização e concertação do desenvolvimento curricular, e;
- Desenvolver programas conjuntos de formação graduada e pós-graduada e de investigação.

Estas são as ideias que deixo à vossa consideração: a cooperação académica multilateral, tendo em vista a construção do «Espaço de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP» e a criação de um Programa «Erasmus CPLP».

Agradeço a vossa atenção.

Faço votos para um profícuo XXIII Encontro da AULP.

Muito Obrigado!